

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 05/04 – 16h

O Congresso Nacional se reúne em sessão solene para promulgar a PEC 18/2021, que inclui na Constituição regras para candidaturas femininas. De iniciativa do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), a proposição foi votada no Senado em julho do ano passado, quando o relatório do senador Nelsinho Trad (PSD-MS) foi aprovado, e o texto seguiu para a Câmara.

Aprovada pelos deputados na última quarta-feira (30), a PEC 18/2021 introduz na Constituição regras de leis eleitorais determinando a aplicação de percentuais mínimos de recursos do fundo partidário nas campanhas de mulheres e em programas voltados à participação delas a política.

O texto também concede anistia aos partidos políticos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores de repasses por gênero e etnia em eleições ocorridas antes da promulgação da futura emenda constitucional. Essa anistia envolve sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução de valores, multa ou suspensão de repasses do fundo partidário.

Resultado: Foi promulgada nesta terça-feira (5), em sessão solene do Congresso Nacional, a Emenda Constitucional 117/2022, que inclui na Constituição regras para candidaturas femininas. A emenda é resultante da PEC 18/2021, do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), aprovada pelo Senado em 2021 e pela Câmara em março deste ano. Uma das principais determinações é a aplicação de percentuais mínimos de recursos do fundo partidário nas campanhas de mulheres e em programas voltados à participação delas na política.

SENADO FEDERAL

Plenário – 05 a 07/04 – Sessão deliberativa

Senado faz nesta semana esforço concentrado para a votação de autoridades, indicadas a cargos como diretores ou conselheiros do Banco Central, de agências reguladoras e do Conselho Nacional de Justiça. Serão 19 sabatinas, nas comissões de Relações Exteriores (CRE), de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ).

A partir de terça-feira, o Plenário deve começar a votar as indicações que forem analisadas pelas comissões. Também haverá sessões na quarta e na quinta-feiras. Entre os projetos que podem ser votados estão PLS 278/2016, que garante apoio aos estudantes com deficiência nas escolas, e o PL 634/2022, que proíbe o juiz de conceder guarda compartilhada ao pai ou à mãe investigados ou processados por crime contra criança ou adolescente ou por violência doméstica.

Vale ressaltar ainda que:

- Na terça-feira (5), às 16h, haverá sessão solene para promulgação da PEC 18/2021, que inclui na Constituição regras para candidaturas femininas.
- Na quinta-feira (7), às 10h, haverá sessão de debates temáticos para discutir o projeto de lei que tipifica mais condutas como atos terroristas (PLS 272/2016).

Ainda não consta na pauta da semana, mas poderá ser incluída na deliberativa do Plenário do Senado a PEC 63/2013, que acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências. Até o momento, já foram apresentadas 9 emendas à matéria, todavia, 4 ainda aguardam apoio dos senadores.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: Nesta semana, o Senado realizou um esforço concentrado para aprovação de autoridades indicadas para cargos em embaixadas, órgãos do Poder Judiciário, e agências reguladoras, entre outros. Foram confirmados 38 nomes, que ocuparão funções em instituições como o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Banco Central, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Comissão de Constituição e Justiça – 05/04 – 10h

Na CCJ, estão previstas as sabatinas de dois indicados para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); três para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e um indicado para ocupar o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A CCJ ainda vai sabatar o juiz Sérgio Pinto Martins, indicado para exercer o cargo de ministro no TST (MSG 11/2022).

Também há expectativa para a votação da PEC 110/2019, referente à reforma tributária, ainda não confirmada. A intenção é aproveitar o comparecimento presencial de maior parte dos senadores para a discussão e a deliberação da PEC na Comissão e, na sequência, no Plenário do Senado.

Resultado: A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou nesta terça-feira (5) dois nomes para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Rodrigo Badaró Almeida de Castro e Rogério Magnus Varela Gonçalves ocuparão as vagas indicadas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o biênio 2021-2023. Com pareceres favoráveis, as indicações de Almeida de Castro e de Varela Gonçalves foram relatadas na CCJ pelos senadores Alexandre Silveira (PSD-MG) e Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), respectivamente. As indicações seguiram para o Plenário do Senado, ondem também foram aprovadas.

Também foram aprovadas três indicações para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O advogado Marcello Terto e Silva foi reconduzido ao CNJ. Ele foi indicado na vaga do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) foi o relator da indicação (OFS 1/2022). Outro indicado pela vaga da OAB é o advogado Marcos Vinícius Jardim Rodrigues. A relatoria de sua indicação (OFS2/2022) ficou a cargo do senador Sérgio Petecão (PSD-AC). Já o juiz trabalhista Giovanni Olsson almeja uma vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho (OFS 3/2022). Sua indicação teve como relator o senador Marcelo Castro (MDB-PI). As três indicações seguiram para o Plenário do Senado, ondem também foram aprovadas.

Durante a sessão deliberativa de proposições, o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (DEM-AP), decidiu cancelar a reunião. Na pauta, estavam oito itens, sendo dois deles a PEC 110/2019, que trata da reforma tributária, e o PL 3.723/2019, que regula a atividade de colecionadores, atiradores esportivos e caçadores (CACs).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 05 a 07/04 – Sessão deliberativa

Na primeira semana de abril, a Câmara dos Deputados pode votar a Medida Provisória (MP) 1076/2021, que institui um benefício extraordinário para complementar o valor do Auxílio Brasil até chegar a R\$ 400 por família. Inicialmente editada para o mês de dezembro de 2021, a MP dependia da aprovação pelo Congresso da PEC dos Precatórios para que o pagamento desse adicional pudesse ser estendido durante o ano de 2022.

Também na pauta está a MP 1075/2021, que muda as regras do Programa Universidade para Todos (Prouni), permitindo a oferta de bolsas pelas faculdades privadas participantes a alunos vindos de escolas particulares sem bolsa.

O relator do projeto de lei que trata do combate às fake news (PL 2630/2020 e apensados), deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), apresentou nova versão do texto na semana passada.

Ainda de acordo com o relator, a expectativa é que o requerimento de urgência para a matéria seja apreciado nesta semana. Vale ressaltar que o requerimento ainda não consta na pauta deliberativa do Plenário. Para acessar o texto divulgado pelo relator, [clique aqui](#).

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou por insuficiência de votos, nesta quarta-feira (6), o requerimento de urgência da proposta que busca impedir as fake news. Apesar de a urgência obter mais votos favoráveis, 249 a 207, eram necessários 257 votos para aprovação.

Na terça, a Câmara dos Deputados aprovou na PEC 517/2010, do Senado, que quebra o monopólio governamental para permitir a fabricação pela iniciativa privada de todos os tipos de radioisótopos de uso médico. A matéria irá à promulgação.